

Teoria crítica da educação em tempos de *fascistização*

Filipe Albino Ferreira*

Resumo

A recente ascensão de políticos neofascistas pelo mundo tem preocupado mormente os setores mais democráticos de nossas sociedades, suscitando novos e urgentes debates. O ataque ao caráter intelectual da vida se mostra característica marcante em um processo de barbarização da educação e da cultura através de políticas autoritárias e regressivas por parte desses governantes. Com um escopo de reflexão amplo, buscamos responder algumas inquietações acerca da atual *fascistização* da educação no Brasil e no mundo, à luz da Teoria Crítica da Sociedade. Após a apreciação das análises feitas da educação para a emancipação sob a investida fascista concluímos que os teóricos críticos se mostram capazes de formular respostas consubstanciadas a estas reflexões contemporâneas, em especial no processo de formação escolar – e da própria *bildung* –, etapa chave para encontrarmos fissuras de emancipação e superação dessas causas.

Palavras-chave: Neofascismo. Teoria Crítica. Fascistização. Educação. Emancipação.

Introdução

“Quem não quer falar de capitalismo deveria calar-se também sobre o fascismo”
Max Horkheimer (1939).

Discutiremos com alguns frankfurtianos, como Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, estes da 1ª geração, possíveis contribuições da teoria crítica da sociedade para a educação no atual quadro de ascensão fascista no Brasil e no mundo. Utilizaremos, também, outros autores proeminentes no tema proposto a fim de suscitar um debate sobre a intersecção das obras desses autores nas possíveis abordagens da *fascistização* da realidade educacional brasileira.

A chamada Teoria Crítica da Sociedade, ou Escola de Frankfurt, surge a partir da fundação do Instituto de Pesquisa Social (IPS), vinculado à universidade de Frankfurt, na Alemanha, em 1923, existindo até os dias atuais com novas gerações de pensadores críticos. Seus idealizadores propunham, cada um com sua diversidade de abordagens teóricas e metodológicas, uma visão crítica da sociedade capitalista sob um caminho

* Graduado em Sociologia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) e especialista em Tecnologias para Educação Profissional pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).
E-mail: filipe.ferreira@live.com

alternativo ao marxismo “ortodoxo”¹. Em nome dessa diversidade e da profusão de posições entre seus membros que evitaremos a nomenclatura Escola de Frankfurt, por pressupor uma coerência e alinhamento entre seus membros, ao invés da complexidade de seus escritos (FREITAG, 1988). Para Nobre (2004, p. 9), a teoria crítica inova ao estabelecer uma crítica entre a teoria e a prática: “[...] há certamente muitos sentidos de ‘crítica’, na própria tradição da Teoria Crítica. Mas o sentido fundamental é o de que não é possível mostrar ‘como as coisas são’ senão a partir da perspectiva de ‘como deveriam ser’”. Para muito além da educação, portanto, qualquer fenômeno social é examinado sob seu viés crítico. Para o grande pioneiro da teoria crítica, Horkheimer (1980, p. 156), “[...] a teoria crítica não almeja de forma alguma apenas uma ampliação do saber, ela intenciona emancipar o homem de uma situação escravizadora”², denunciando sempre o caráter alienante e manipulador das estruturas e tecnologias sociais, como a indústria, a arte ou a técnica.

A teoria crítica ganhou reconhecimento pela diversidade de temas abordados em seu desenvolvimento e que permanece até os dias atuais, concentrando-se na crítica ao capitalismo moderno, voltando-se mais à superestrutura da sociedade. Conforme Freitag (1988), citamos: 1) dialética da razão iluminista e a crítica à ciência; 2) a dupla face da cultura e a discussão da indústria cultural; 3) o Estado e suas formas de legitimação na moderna sociedade de consumo. Além dessa polissemia de objetos de estudo, a educação, como processo formador da cultura humana, esteve nas preocupações de diversos autores frankfurtianos, como Adorno, que, segundo Ripa (2008, p. 4), mostrou em seus estudos que “[...] a única possibilidade efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência”.

Ao que tange nossos interesses iremos mobilizar algumas contribuições desses autores para um fenômeno que atingiu as sociedades em que viveram os frankfurtianos da 1ª geração e, de modo diferente, a nossa sociedade contemporânea em diversos países: os graves perigos do fascismo e neofascismo na educação.

Adotaremos o termo neofascismo para se referir ao fenômeno político e cultural advindo ao poder no Brasil com a chegada de Jair Messias Bolsonaro à presidência da república, em 1º de janeiro de 2019. Contudo, outros termos seriam cabíveis: nova direita, conservadorismo, extrema direita e neoconservadorismo, variando ao sabor de cada pesquisador, conforme destacado em Soares (2020) e Carvalho e Santos (2020). O

¹ Muitos não consideram a teoria crítica uma teoria marxista do mundo, mesmo que “não ortodoxa” (FREITAG, 1988).

² Para um estudo mais profundo das bases da teoria crítica ver “Curso livre de teoria crítica”, 2008, de Marcos Nobre.

bolsonarismo provocou o surgimento de um movimento, nas palavras de Martinez (2020, p. 3), que podemos chamar de “Tropofascismo”, muito particular ao cenário brasileiro e metafórico do regime fascista histórico, ou seja, uma tropicalização do movimento neofascista.

A educação brasileira, em particular em seu momento atual, emerge em um cenário de profundas disputas ideológicas a partir da assunção de um neofascismo que produz implicações diretas sobre a educação e todos os seus temas envolvidos. Não iremos aqui nos aprofundar na investigação das condições pelas quais esse movimento político ganhou espaço e forma na sociedade brasileira³, mas interessa-nos seus objetivos para a educação brasileira – alguns peremptoriamente demonstrados na execução de políticas públicas no âmbito do governo federal brasileiro (CARVALHO e SANTOS, 2020) – a partir das possíveis contribuições, críticas e/ou intersecções da teoria crítica, sobre a função da educação no confronto com esse ideário político ideológico.

Catini (2019, p. 33) alude ao agravamento dessa barbárie na educação a partir de uma *fascistização* que se encontra estruturada nas bases da própria sociedade humana: “[...] O cimento desta *fascistização* se formou desde baixo, calcada na materialidade das relações sociais objetivas, e sua argamassa foi assentada por uma miríade de organizações sociais que passaram a compor um Estado ampliado”. Os efeitos que esse processo tem despertado culminam com a personificação de figuras autoritárias no poder, que acirram as agendas do obscurantismo, inclusive sobre a educação, que serão discutidas mais profundamente no desenvolvimento a seguir.

A educação pela emancipação e a investida fascista atual

A teoria crítica e seus autores têm muito a contribuir para a reflexão da atual *fascistização* da política e da educação. Theodor Adorno, por exemplo, construiu obras que impactam positivamente a filosofia da educação dos tempos atuais, alertando, sobretudo, para a não repetição da barbárie da 2ª Guerra Mundial, cuja face mais bárbara do seu projeto foi o Holocausto, sob a égide do Nazi/Fascismo. Adorno, para Catini (2019, p. 34), “[...] considerava a sobrevivência de elementos fascistas no interior da democracia ‘como mais potencialmente ameaçadora do que a sobrevivência de tendências fascistas *contra* a democracia’”. Podemos verificar aí a mais alta função que a escola pode desempenhar na formação de um indivíduo, vide Ripa (2008), que é a do “exercício da autoconsciência crítica” frente à imposição dos valores de uma sociedade

³ Para melhor compreensão das condições e fatores para a recente *fascistização* no Brasil ver Cepêda (2018), Soares (2020), Ribeiro (2020) e Solano et al. (2018).

administrada e utilitária, que difunde a semicultura e a semiformação e nega a formação cultural para os seus participantes⁴.

A obra de Horkheimer a respeito da razão também é sagaz ao refletir a tomada de consciência da humanidade sobre suas escolhas (FREITAG,1988). A sociedade tecnológica levar-nos-ia, segundo ele, a pensar apenas nos meios, no conjunto das atividades, sem pensar no fim. A razão que poderia eliminar a fome no mundo, mas que opta por construir trens que levam milhões de seres humanos para a tortura e morte eminentes. A verdadeira razão não pode servir de instrumental (razão iluminista) para a sanha humana do lucro e da performance social, mas deve estar subordinada aos fins. A educação formativa que necessitamos construir deve estar calcada sob esse princípio: formar indivíduos dotados de razão emancipadora, não instrumental.

Saviani (2002), para Favaro e Tumolo (2016), observa que a lógica que domina a política educacional no Brasil é a de mercado: racional, técnica, em consonância com as exigências da reestruturação produtiva do capitalismo globalizado e que, por isso, a luta a ser enfrentada deve ser por uma educação “centrada no homem, não no mercado” (FAVARO e TUMOLO, 2016, p. 560). Saviani (2002) compreende o enraizamento do capitalismo sobre as políticas educacionais e sociais, mas via na luta popular em favor dessas políticas um caminho possível para utilizar-se do Estado, neutralizando-o em seus aspectos mais nocivos, procurando superar, na medida do possível, a lógica de mercado presente na educação e o racionalismo capitalista que desequilibra as políticas sociais nos seus objetivos econômicos/financeiros. Mesmo em governos de esquerda, como o do Partido dos Trabalhadores (PT), Saviani (2002) fez duras críticas sobre a continuidade de uma política educacional – que tem seu corolário desde o regime militar na década de 1960 – sob um planejamento educacional pautado no chamado tecnicismo e do neoliberalismo no final da década de 1990, com a racionalidade financeira ganhando mais espaço.

Além de Saviani, vários outros autores brasileiros e estrangeiros têm se dedicado a compreender a necessidade de um planejamento educacional desatrelado ou, na medida do possível, independente das investidas das empresas privadas e de forças políticas autoritárias – fascistas – que possam minar ou sabotar esse planejamento. Sabemos que a formação da mão de obra vem se modificando drasticamente, o perfil de trabalhador polivalente requerido pelo capitalismo precisa ser “fabricado” desde as escolas básicas, daí o interesse “social” de muitas empresas privadas em financiar

⁴ Para um estudo mais profundo do problema da semicultura e da indústria cultural ver “Educação e trabalho docente à luz dos conceitos de semiformação e indústria cultural: implicações na contemporaneidade”, de Oliveira e Bueno (2016) e Adorno (1996).

projetos educacionais com consultorias, materiais, capacitações e *lobbys* sobre a política educacional do país (CATINI, 2019).

“Pela mimese da produtividade empresarial [...] ampliou o domínio dos resultados sobre o processo, reduzindo o trabalho educativo ao produto, num movimento fetichista bastante conhecido” (CATINI, 2019, p. 35). Contudo, o que vemos atualmente vai além de uma educação voltada para o capital, o que por si já é um tema da maior relevância e urgência, centrando-se nas aspirações fascistas e extremistas dos dirigentes políticos eleitos. O texto de Adorno, “Educação após Auschwitz”, transmitido na rádio Hessen em 18 de abril de 1965 e publicado em 1967, questiona: que educação foi proporcionada para uma sociedade legítima – como legitimou – a concretização de Auschwitz? E vai além: qual educação devemos propor para evitar que essa barbárie se repita? (ADORNO, 1967).

A renovada onda fascista no mundo vem sendo estudada e discutida a partir da equivalência histórica com o fascismo italiano e o nazismo alemão na primeira metade do século XX, os quais expressaram de fato a pior tragédia do projeto humano. Muitas similitudes e diferenças podem ser encontradas na retórica e na ação política do chamado fascismo *clássico* com o atual *neofascismo*. Mas é importante lembrar que nem na Europa do século XX tivemos modelos políticos idênticos ao alemão de Hitler ou ao italiano de Mussolini, e isso não implica em negar a existência de regimes chamados fascistas em outros países e outras épocas, com as devidas proporções. Para Lowy (2015, p. 654), é um erro alegar que não existem partidos fascistas atualmente na Europa, por não termos nada equivalente aos nacional-socialistas dos anos 1930”.

Sobre as visões acadêmicas a respeito da nomenclatura empregada, ainda, esclarece Martinez (2020, p. 7):

Críticos dizem que não há fascismo porque não há milícias ou partido próprio, de acordo com o genoma do fascismo europeu. Outros argumentam que não escalariam o país na dimensão conceitual do fascismo. E outros ainda alegam que não há as mesmas condições objetivas da Itália de Mussolini. A questão é que, a bem dizer, o processo é viral, o genoma apresenta mutações, não há um conceito “puro”, neutro e isento a ser seguido, observado, como detentor de fórmula imparcial, universal. Na linha contrária, é preciso ver que o princípio ativo está mais ou menos concentrado ou diluído, modificando-se o ritmo, a intensidade de seus efeitos; porém, como está dito, o “princípio fascista” é ativo.

Segundo Cêpeda (2018) e Bernardo (2018), a extrema direita fascista se manifesta sob “padrões diferentes em contextos e grupos nacionais diversos”. O mesmo pode ser aplicado a outras partes do mundo que assistem a ascensão institucional de políticos

ou partidos neofascistas. Países como França, Reino Unido, Dinamarca, Alemanha e Grécia são exemplos de países com forças políticas internas, geralmente partidos muito identificados com um possível neofascismo (LOWY, 2015), mas nos últimos anos tais movimentos conseguiram chegar ao poder central na Hungria, Polônia, Brasil, Estados Unidos e Turquia, por exemplo. No Brasil, conforme Santos et al. (2020, p. 5), “[...] no bojo desse processo, Jair Bolsonaro replicou no Brasil o modelo de organização da direita neofascista do hemisfério norte”, ou seja, ao arremedo aplicou ao seu contexto nacional estratégias político/eleitorais do trumpismo dos Estados Unidos, além dos movimentos extremistas europeus⁵.

Os valores do ideário fascista atual não são, como já foi mencionado, *ipsis litteris* ao fascismo clássico das décadas de 1930-40, mas, sim, valores transformados e adaptados às exigências populares do mundo atual que se vê ameaçado pela globalização, vítima de ondas de criminalidade e violência que geram sensação de insegurança, aliadas ao desamparo do desemprego advindo de crises econômicas pelo mundo capitalista.

A imigração, conforme Bauman (2017), tem sem mostrado outro gatilho de vulnerabilidade das massas frente à tentação neofascista, tendo maior impacto sobre a Europa, onde a “mixofobia”, isto é, “[...] o medo provocado pelo volume irrefreável do desconhecimento, inconveniente, desconcertante e incontrotável” (BAUMAN, 2017, p. 15), manifesta-se, especialmente, frente às ondas imigratórias advindas do oriente médio islâmico. Para termos dimensão desse componente, um a cada dois britânicos, em 2015, mencionou a imigração entre os problemas mais importantes que o país enfrenta, a nível continental 40% revelam ter a mesma preocupação⁶.

Dessa forma, podemos constatar que um traço marcante no novo fascismo continua sendo a xenofobia, o nacionalismo radical e a antiglobalização. É como se a globalização fosse a mensagem, e o imigrante – e, por que não, o desemprego supostamente causado por este – o mensageiro, conforme o autor polonês.

Além das características já citadas, o neofascismo possui, ainda, uma polissemia de valores que o guia – variando de grau de intensidade e valoração em cada contexto nacional – a saber, conforme Cêpeda (2018): “[...] racismo explícito, retórica anti-imigrante, islamofobia, beligerância, intolerância [...] caráter antissistêmico ou institucional, na aversão ao comunismo e na seleção do inimigo – interno e externo”.

⁵ Para uma análise atual desse processo confira “Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia”, de Marcos Nobre (2020).

⁶ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/dec/11/the-media-needs-to-tell-the-truth-on-migration-not-peddle-myths>>.

Para Adorno (1995, p. 155), a função da educação, nesse caso, deve ser de obstruir qualquer tentativa de regressão à barbárie e aos pesadelos que esse regime político aspira: “A tese que gostaria de discutir é a de que desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente da educação hoje em dia”, pensando que a barbárie ocorre quando a sociedade, no alto de sua civilização, de sua tecnologia, convive com pessoas disformes de sua civilização, que encontram-se atrasadas em um culto a uma “agressividade primitiva”, um “ódio primitivo” e um “impulso de destruição” que pode viabilizar a explosão desta civilização. Sobre uma educação contra a barbárie: “Considero tão importante impedir isto que eu reordenaria todos os outros objetivos educacionais por esta prioridade” (ADORNO, 1995, p. 155).

A pesquisa de Esther Solano confirma, ao detectar que:

A penetração das lutas feministas e dos movimentos negros ou LGBTQI, a visibilidade dos imigrantes ou refugiados provocam uma reorganização violenta e moralista de quem pensa seu mundo ameaçado. Este contexto, no qual crises econômicas e políticas se misturam e retroalimentam, possibilita a reorganização de um campo neoconservador, que utiliza a retórica do medo e do inimigo como instrumento mobilizador, retoma os valores da família tradicional: ordem, hierarquia, autoridade, moral (SOLANO, 2018, p. 9).

No Brasil, nosso foco neste trabalho, o neofascismo também se manifesta por um profundo apreço à anticiência, anti-intelectualismo, ódio contra inimigos políticos, combate à educação sexual nas escolas, controle da atividade docente através do combate à chamada “doutrinação ideológica” por parte de professores. De acordo com Santos et al. (2020, p. 4), “[...] o entendimento acerca do caráter do bolsonarismo e do governo em curso indica o profundo desprezo pela ciência e pela educação”; ressentimento e descredibilização de resultados eleitorais, retórica *anti establishment*, discurso de moralização do setor público através do combate à corrupção, busca ostensiva da ordem social – combate à criminalidade – por meio da valorização e cooptação das forças policiais e de segurança, armamento da população através de flexibilização de legislações. Isso pode ser aferido, por exemplo, conforme Santos et al. (2020, p. 7), em reunião ministerial de 22 de abril de 2020, cujo vídeo foi liberado por uma decisão do ministro do STF Celso de Mello, Bolsonaro prega desobediência aos poderes institucionais e reafirma: “eu quero todo mundo armado”. São discursos moralistas a favor da vida, da família tradicional, contra os direitos reprodutivos das mulheres, a favor da militarização da vida escolar, contra a diversidade sexual, indígena e de gênero.

Considerações finais

O Brasil passa por um dos períodos mais complexos e perigosos da sua história até aqui. Nosso projeto de nação, mais de 500 anos de história, de formação do povo brasileiro, de desenvolvimento de nossas bases culturais e sociais, vê-se ameaçado gravemente em sua essência. Em nossa história já enfrentamos o perigo do nazifascismo antes, como na década de 1930, ou mesmo de ditaduras cruéis e repressoras, como o Estado Novo e a Ditadura civil-militar de 1964. Contudo, agora, as condições de desenvolvimento dessa ideologia estão novamente férteis: recalcitrantes e assentadas sob a semiformação da sociedade, dos cidadãos, que se veem pescados por esse sedutor discurso que se encaixa tão perfeitamente bem aos seus anseios.

É nesse cenário perturbador e distópico que caminhamos à luta pela educação pública, gratuita, de qualidade e, acrescento, emancipatória, que deve ser o farol para períodos melhores. Constatamos que a *fascistização* da educação em curso deforma os conceitos essenciais de autoconsciência, emancipação, formação cultural e busca da razão emancipatória pelo homem através da educação, comprometendo qualquer planejamento educacional empenhado em evitar o fascismo.

Nesse sentido, a teoria crítica se torna uma ferramenta poderosa na compreensão dos cenários que estamos vivendo, da mesma forma que Walter Benjamin, Theodor Adorno e Max Horkheimer compreenderam o nazifascismo de sua época, inclusive ceifando a vida de Benjamin⁷. Ensinam-nos que a verdadeira realidade se faz presente quando “a história é escovada a contrapelo”, como dizia Benjamin. Verifica-se que a teoria crítica da sociedade e suas contribuições para pensar educação têm como imperativo a desalienização da razão instrumental, ao mesmo tempo em que promove uma prática educativa que tenha a sua maior função na luta contra a barbárie, afinal, “[...] a exigência da emancipação parece ser evidente numa democracia” (ADORNO, 1995, p. 169).

Verifica-se que, no Brasil, o bolsonarismo mostra-se capitaneador de um ideário neofascista próprio, criado a partir de inspirações estrangeiras e de peculiaridades nacionais. O projeto da sociedade atual de aniquilar o indivíduo em sua subjetividade pode encontrar possibilidades de desaceitação, justamente na educação, que questione todo esse processo amalgamado, administrado como cultura da semiformação. Por exemplo, temos escolas que ensinam o empreendedorismo desde a educação infantil,

⁷ Uma análise do diálogo de ideias entre Paulo Freire e Walter Benjamin pode ser encontrado no trabalho de Lidnei Ventura e Vitor Malaggi, “Diálogo entre Paulo Freire e Walter Benjamin: inquietudes sobre a escola e a sociedade”. 2019.

Disponível em: <<https://revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/5393>>.

mas que não ousam educar para a contradição e o questionamento ao consumo. As reformas educacionais, realizadas democraticamente e em sintonia com uma visão crítica da formação em nossa sociedade, podem ser tentativas relevantes para uma solução emancipatória e autoconsciente que permita ao indivíduo se libertar dessa condição aniquiladora e escravizadora.

Referências

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, T. **Educação após Auschwitz**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 1967. Disponível em: <<https://rizomas.net/arquivos/Adorno-Educacao-apos-Auschwitz.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2021.
- ADORNO, T. W. Teoria da Semicultura. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira com col. de Bruno Pucci e Cláudia de Moura Abreu. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 56, p. 388-412, 1996.
- BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. São Paulo: Schwarcz – Companhia das Letras, 2017.
- BERNARDO, J. **Labirintos do fascismo**: na encruzilhada da ordem e da revolta. [S.l.: S.n.], 2018.
- CARVALHO, C. P. F.; SANTOS, J. E. O. A lógica do capital financeiro e sua expressão educacional: a barbárie bolsonarista em ação. **REVEDUC**, v. 14, p. 1-19, jan./dez. 2020.
- CATINI, C. R. Educação e empreendedorismo da barbárie. In: CÁSSIO, F. (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo editorial, 2019.
- CEPÊDA, V. A. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 2, p. 40-74, 2018.
- FAVARO, N. de A. L. G; TUMOLO, P. S. A relação entre educação e desenvolvimento econômico no capitalismo: elementos para um debate. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 135, p. 557-571, 2016.
- FREITAG, B. **Teoria Crítica**: Ontem e Hoje. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 1988.
- HORKHEIMER, M. “Die Juden und Europa”. **Zeitschrift für Sozialforschung**, n. 8, 1939, p. 115.
- HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIN, W. *et al.* **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- LOWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 652-664, 2015.
- MARTINEZ, V. C. Fascismo: o pior crime contra a democracia. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, p. 1-13, 2020.
- NOBRE, M. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- OLIVEIRA, M. R. F.; BUENO, S. F. Educação e trabalho docente à luz dos conceitos de semiformação e indústria cultural: implicações na contemporaneidade. **Comunicações**, v. 23, n. 1, p. 239-248, 2016.

RIBEIRO, G. Entre armas e púlpitos: a necropolítica do Bolsonarismo. **Revista Continentes**, n. 16, p. 463-485, 2020.

RIPA, R. A Concepção de Educação Emancipatória de Theodor W. Adorno. **Revista Sul-americana de Filosofia e Educação**, São Paulo, n. 10, p. 3-14, 2008.

SANTOS, M. R. S.; MUSSE, R.; CATANI, A. M. Desconstruindo a educação superior, os direitos humanos e a produção científica: o bolsonarismo em ação. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, p. 1-19, 2020.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. 4. ed. Campinas: Autores associados, 2002.

SOARES, L. E. **Dentro da noite feroz**: O fascismo no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

SOLANO, E. Crise da democracia e extremismos de direita. **Análise Friedrich Ebert Stiftung**, v. 42, n. 1, p. 1-27, 2018.

SOLANO, E. *et al.* (Ed.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.